

ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES PARA SE COMPREENDER O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA¹

Luiza Russo e Luiza Percevallis Pereira

Podemos ilustrar o processo de inclusão utilizando como metáfora o caleidoscópio: aquele brinquedo em forma de tubo, com pedacinhos de vidro colorido, que muda de forma conforme o movimentamos na frente de nossos olhos. Sua configuração depende da composição formada por inúmeros pedacinhos coloridos e quando se movimenta o tubo, o desenho se desarmoniza e se reorganiza criando e recriando diferentes formas. Talvez seja uma forma lúdica de, nesta analogia, percebermos como somos todos diferentes uns dos outros. Cada pessoa se constitui a partir de inúmeras características, experiências, histórias, contextos, interações e combinações.

Mulheres, homens; crianças, jovens, adultos, idosos; brancos, negros, pardos, amarelos, vermelhos; baixos, altos; gordos, magros; empregados, desempregados; heterossexuais, homossexuais; baianos, paranaenses, capixabas, cariocas, amazonenses, alagoanos, sergipanos, gaúchos, paulistas, cearenses; moramos em cidades grandes, médias, pequenas, no campo, na floresta; pessoas com deficiência, pessoas sem deficiência; católicos, evangélicos, presbiterianos, umbandistas, espíritas, judeus, muçulmanos, ateus; solteiros, casados, divorciados, separados.

Nesta tentativa de identificação, verificamos que fazemos parte de alguns grupos e não de outros. Por exemplo, uma pessoa pode se incluir no grupo das mulheres recifenses, e que a diferença do grupo de mulheres catarinenses, ela pode ser evangélica e não espírita. Mas elas têm algumas características em comum: todas são mulheres e brasileiras, por exemplo. Essas inúmeras características podem ser vistas como fatores de agregação e de diferenciação, mas também poderão servir como pretexto de práticas excludentes. Isto vai depender de nossas atitudes, escolhas frente a estas questões.

No entanto, este exercício poderá nos proporcionar uma importante oportunidade de identificarmos, nessas diferenças, posições de contato e empatia com o outro. Apreciando, como no caleidoscópio, a estética das peculiaridades do outro como um

¹ No livro intitulado: “Inclusão Educacional, Econômica e Social das pessoas com deficiência: Contribuições do Instituto Paradigma” (2021), as autoras sugerem esse texto para estimular uma reflexão sobre os processos inclusivos, (Capítulo 6, item C).

todo, inclusive com suas características peculiares, para que possamos nos reconhecer nas demais partes e, então, nos relacionarmos valorizando a diversidade como uma característica intrínseca e um componente singular de todos nós.

Entre as pessoas com deficiência, podemos observar um sério obstáculo no exercício deste processo. Por uma questão histórica e cultural, parecia natural, mantê-las em seus “grupos de iguais”, ou seja, de preferência com pessoas com o mesmo tipo de deficiência, e apartadas das relações cotidianas com as outras pessoas. Ou seja, a sociedade já define suas limitações e referenda quais serão os seus grupos de convivência. Então, o relacionamento, a troca de experiências e toda a riqueza que o contato com a diversidade propicia, nesta perspectiva, deixam de acontecer.

Nós, que vivemos a infância entre as décadas de 1960 e 1990 não tivemos muita oportunidade de conviver com pessoas com deficiência em nosso cotidiano. Quantas vezes já escutamos: “Coitada da Margarida... tem um filho que é doente”. “Ele não vai à escola porque é fraquinho da cabeça”. “Joana, com essa barriga você olhou para um aleijado? Se benza... Deus te livre!”. Situações e perspectivas como essas citadas, que eram e ainda são comuns nos dias de hoje, muitas pessoas ficam inseguras para iniciar um contato com uma pessoa com deficiência. Isso é natural, inicialmente, já que não fomos habituados a conviver com a diferença.

Precisamos compreender que se, por causa da deficiência, uma pessoa tiver dificuldade para realizar algumas atividades, não significa que não terá habilidade para fazer outras coisas, como é comum e natural em qualquer pessoa. Não devemos fazer de conta que a deficiência não existe. Relacionar-se com uma pessoa com deficiência ignorando este fato, também seria ignorar uma característica importante dela. Se a deficiência existe, devemos aceitá-la, levá-la em consideração e respeitá-la.

Respeitar a deficiência significa, entre outras coisas, não subestimar as possibilidades e nem superestimar as dificuldades; respeitar o direito de as pessoas tomarem suas próprias decisões e assumirem a responsabilidade por suas escolhas. De todas as muitas formas de discriminação, existe aquela que afeta a pessoa com deficiência de modo muito singular, que é o preconceito, que muitas vezes se apresenta de forma velada. Apesar desta situação também assumir as formas tradicionais do desprezo, da segregação ou da violência, o que distingue a discriminação contra as pessoas com deficiência é que, em geral, ela vem revestida na forma assistencialista do

“ato de caridade”, muitas vezes de ajuda pontual para subir um degrau aqui, para atravessar uma rua ali. Essa ajuda circunstancial, aceita como “uma boa ação”, não representa uma ação integral de mudanças sociais que garantirá a vida independente do cidadão com deficiência. É importante que se ressalte que não se está desprezando a solidariedade entre as pessoas. É importante que todos se ajudem mutuamente. O que não se deseja é que esse tipo de ação substitua a possibilidade de a pessoa com deficiência fazer parte da sociedade, em condições iguais de exercício de direitos. E também é importante lembrar das dificuldades às quais todos estão sujeitos por ocasião de alguma limitação temporária ou quando se é idoso.

Para que essa independência e autonomia individual seja garantida e respeitada, é fundamental compreender o significado dos conceitos de integração e inclusão. Isso se faz necessário para que se possam compreender as mudanças que vêm sendo propostas nos programas de atenção às pessoas com deficiência, principalmente aqueles relacionados à educação, saúde, trabalho, cultura e lazer.

O conceito de integração pressupõe a necessidade de adaptações e adequação do indivíduo, que vai integrar-se a um espaço social já constituído e com base em um modelo já posto. Portanto, o acesso a estes espaços, na lógica da integração, é garantido pelo esforço do indivíduo, que deve adaptar-se às condições que neles estão postas. E para isso, o senso comum pressupõe que o indivíduo com deficiência deverá ser reabilitado antes, na busca de se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade entendido pela sociedade.

O pressuposto da reabilitação traz como princípio básico a ideia de recuperação ou aquisição de funções, tendo como parâmetro o que é considerado normal. O conceito de normalização, ou de norma, é bastante complexo, mas para esta reflexão vale lembrar que o critério de normalização não é apenas aquele que representa a maioria, mas também aquele considerado ideal. Na base desse conceito está a ideia de “consertar” para normalizar. Sendo assim, como meta para a reabilitação, é preciso se alcançar padrões de normalidade socialmente adotados, para que a pessoa com deficiência, depois de reabilitada, pudesse integrar-se perfeitamente à sociedade. Neste caso, integrar é um caminho de mão única, ou seja, cabe à pessoa com deficiência adaptar-se para cumprir as exigências da sociedade. Sob essa perspectiva, a sociedade se considera “pronta”, não cabendo a ela nenhuma modificação.

O princípio do reconhecimento e respeito gradativo à diversidade, enquanto um valor humano, fortaleceu o movimento da inclusão. Não se propõe a igualdade massificada, mas a equiparação de oportunidades. Não se trata de preparar para integrar, mas de se incluir para transformar. A inclusão pressupõe um caminho de mão dupla e exige respeito de todos. Isto é, considerar uma sociedade em permanente reflexão e aberta a mudanças, e não um modelo pronto. Não se trata de uma mera interpretação semântica, ou de troca de verbo – integrar ou incluir – mas de um novo paradigma, de um olhar ampliado, onde todos agem no sentido de identificar e assimilar em seus grupos de convivência e espaços, as peculiaridades de todas as pessoas, dialogando e compartilhando direitos e deveres com todos.

Reconhecendo as diferenças

Nos dias de hoje, ninguém contesta que as necessidades das pessoas com deficiência devem ser respeitadas pela sociedade e que esta deve oferecer meios para que todas as pessoas tenham acesso à participação ativa em todos os setores da sociedade. Mas o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser compreendido pela identificação e respeito das demandas específicas que cada deficiência trás para cada indivíduo, assim como acontece com as características pessoais de todos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) distinguiu, em 1980, três conceitos afins que são seguidos, como balizadores, por praticamente todas as organizações internacionais que abordam a questão da deficiência (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), criando parâmetros universais de direitos e políticas públicas. Vejamos o que se entende por cada um deles:

» Deficiência: “Qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”. (OMS, 1980)

» Incapacidade: “Qualquer redução ou falta de capacidades (resultante de uma Deficiência) para exercer alguma atividade dentro dos limites considerados normais para o ser humano”. (OMS, 1980)

» Desvantagem: “Impedimento, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para um indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores socioculturais”. (OMS, 1980)

A deficiência caracteriza-se por uma alteração física, intelectual ou também sensorial, que pode ser temporária ou permanente. Portanto, dizer que um indivíduo “tem uma deficiência” não significa que tenha uma doença, nem que deva ser encarado como doente. A deficiência é uma condição e, sendo assim, é inadequado afirmar genericamente que então essas pessoas sejam “incapazes”, quando queremos nos referir a alguém que “tem uma incapacidade”.

A incapacidade é uma diferença em termos de atuação e interação do indivíduo. Podemos citar alguns exemplos: uma criança surda é incapaz de ouvir. Ela pode estudar, trabalhar, se divertir, dançar e viver normalmente; ela apenas não ouve. Uma pessoa com retinopatia, por exemplo, desenvolveu uma deficiência visual e não pode mais enxergar. Ela pode ler em Braille, utilizar softwares de leitura, estudar, praticar esportes, viajar sozinha, trabalhar, casar e ter uma vida plena; apenas não enxerga. Uma mulher que sofreu um acidente e ficou paraplégica, não pode andar. Em sua cadeira de rodas, ela pode estudar e trabalhar, namorar, ter filhos e viver como qualquer pessoa da sociedade; apenas não anda.

A incapacidade que a deficiência provoca na vida dessas pessoas não representa o limite delas. Tanto a deficiência quanto a incapacidade que esse quadro provoca, são características individuais, que não podem ser redimensionadas na qualidade das relações entre a pessoa que tem a deficiência e as que não a possuem. Não é, portanto, uma condição alterada socialmente.

A situação de desvantagem, por sua vez, só pode ser determinada a partir de uma relação de comparação. Então, ela é um fenômeno social. Por exemplo: uma pessoa com deficiência física é incapaz de andar, mas consegue locomover-se com autonomia em sua cadeira de rodas. A desvantagem está no fato de que, em sua cadeira, essa pessoa não consegue, por exemplo, subir escadas. Nesse caso, a rampa oferece uma situação de equidade para a locomoção das pessoas com e sem deficiência. Quando ela não está presente representa uma barreira social.

Quando relacionamos esses conceitos com a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, podemos concluir que a questão da desvantagem é a que

adquire maior relevância nesse processo. Isso se dá pelo fato de que a maior parte (e em alguns casos todas) as desvantagens podem ser diminuídas ou eliminadas com iniciativas para equiparar as oportunidades e situações entre os profissionais que possuem alguma deficiência e os que não possuem. Vivemos um momento social onde a inclusão é uma das diretrizes de valorização da vida de todas as pessoas na sua plenitude.

O fato de a inclusão privilegiar a interação entre pessoas com e sem deficiências exige um ajuste no contexto social, pois a sociedade ainda não se encontra preparada para este exercício, tendo em vista que, em épocas anteriores ainda muito próximas, pessoas com deficiências eram socialmente excluídas e afastadas. Entre estes esforços e ajustes de convivência, estão as adaptações relacionadas aos espaços físicos, que devem seguir uma arquitetura, urbanismo e design acessíveis.

A **acessibilidade** é um fator essencial no processo de inclusão. O espaço tem a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e a convivência das pessoas. Dizer “não” ao usuário quando não é adequado também é pouco democrático, pois impede o uso dos espaços por aqueles que apresentam alguma desvantagem na sua utilização.

A adequação física permite que todos circulem e exerçam suas atividades necessárias com autonomia e integridade. Sempre que se pergunta se algum local é acessível, geralmente a resposta é positiva baseada na existência de uma rampa, independentemente de essa estar adequada ou não. A rampa se tornou um símbolo de acessibilidade física, assim como o banheiro adaptado. No entanto, a adequação dos espaços não se resume apenas a estes dois elementos.

Pode-se definir acessibilidade como um conjunto de condições e possibilidades de alcance, para utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, sejam eles públicos ou privados. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar a maior autonomia e independência possível e dar à pessoa com deficiência, ou com restrição de mobilidade, o direito de ir e vir a todos os lugares de que necessitar.

Segundo a ABNT (NBR-9050/2004), a acessibilidade é definida como a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. É importante que se ressalte que a acessibilidade não deve ser relacionada

apenas às pessoas com deficiência, mas também àquelas com mobilidade reduzida, permanente ou temporária.

Na década de 60, em Washington, foi criada uma comissão para estudar e caracterizar um “Desenho Livre de Barreiras”, que se constituiria em uma proposta, para oferecer parâmetros ao design de equipamentos, a arquitetura de edifícios e áreas urbanas. Nesta linha de pensamento, a diversidade humana é pensada em função das barreiras existentes, onde a exclusão e a segregação das pessoas com deficiência estariam vinculadas à existência destas barreiras arquitetônicas ou atitudinais. A prática desta maneira de conceber projetos arquitetônicos e produtos não significa somente se chegar a um resultado em que se eliminem barreiras, mas visa também privilegiar o conforto e o uso acessível para todos.

O conceito de um desenho livre de barreiras acabou evoluindo para o conceito do “Desenho Universal”, destinado a qualquer pessoa; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Pode-se entender como objetivo deste conceito o uso e o acesso democrático e igualitário à todas as situações e objetos que ampliem a qualidade de vida de todas as pessoas.

Quando todas as pessoas, independentemente de suas características físicas e estilo de vida, tornam-se capazes de fazer suas próprias escolhas, e usufruir dos espaços sociais numa vida ativa, produtiva e independente, temos a inclusão.

De acordo com o The Universal Design Institute, a acessibilidade é entendida como “a criação de ambientes e produtos que podem ser usados por todas as pessoas na sua máxima extensão possível”.

Outra definição para o desenho universal, segundo a ABNT (NBR9050/2004): “Aquele que visa a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”.

O desenho universal está baseado em sete princípios:

1. Uso equitativo: estabelece que os produtos sejam úteis a pessoas com diversas capacidades e habilidades diferenciadas, proporcionando a mesma forma de utilização a todas elas.

2. Flexibilidade de uso: deve atender a uma ampla gama de indivíduos, preferências, habilidades e capacidades individuais, possibilitando que se escolha a forma de utilização mais adequada.
3. Uso simples e intuitivo: o design deve ser de fácil compreensão independente da experiência, conhecimento do idioma, nível de informação ou da capacidade de concentração do usuário.
4. Informação perceptível: estabelece que a comunicação da informação seja eficaz, através de diferentes modos (pictográfico, verbal ou tátil) para que atenda a todos, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais.
5. Tolerância ao erro: determina que se minimize riscos e reações adversas no caso de acidentes e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.
6. Baixo esforço físico: estabelece que produtos possam ser usados eficiente e confortavelmente com o mínimo esforço, fadiga e operações repetitivas.
7. Tamanho e espaço para aproximação e uso: determina que o tamanho e espaço para interação, aproximação, alcance, manipulação e uso sejam adequados, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

Para se promover as adaptações necessárias, rumo ao conceito do desenho universal, é necessário a realização de um diagnóstico das condições de acessibilidade de objetos, espaços e edificações, levando em conta essas características enumeradas acima. Essa iniciativa serviria como um primeiro passo para concretizarmos um objetivo universal que é construir cidades e ambientes mais inclusivos e democráticos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza Percevallis. Inclusão educacional, econômica e social das pessoas com deficiência: Contribuições do Instituto Paradigma. Canoas – RS. Ed. Palavra Bordada. 2021.